



# DIÁRIO

## República Federativa do Brasil

# DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XLIX — Nº 4

TERÇA-FEIRA, 11 DE JANEIRO DE 1994

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 11ª SESSÃO, EM 10 DE JANEIRO DE 1994

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

— Nº 31, de 1994 (nº 22/94, na origem), restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

##### 1.2.2 — Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

— Nº 1/94, de 6 do corrente, encaminhando, para os devidos fins, autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 1993 (nº 1.909/91, naquela Casa), que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

##### 1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Recebimento dos Ofícios nº S/21 a S/24, de 1994 (nº 140 a 143/93, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação para que o Governo do Estado do Piauí e as Prefeituras Municipais de Araucária (PR), Douradina (PR) e Butiá (RS), possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

— Recebimento do Ofício nº S/19, de 1994 (nº 588/93, na origem), de 23 de dezembro último, do Governo do Estado de Minas Gerais, solicitando autorização para que possa contratar operação de crédito, para os fins que especifica.

— Recebimento do Ofício nº S/20, de 1994 (nº 11/94, na origem), solicitando autorização para que possa contratar operação de crédito externo, para os fins que especifica.

##### 1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR MAURO BENEVIDES, como Líder — Reingresso do Senador Gerson Camata, representante do Espírito Santo, no PMDB.

SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Reservas à inquirição do Deputado Sérgio Miranda ao Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, realizada por subcomissão da CPI do Orçamento, neste último sábado.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Filiação do Senador Albano Franco, representante do Estado de Sergipe, ao PSDB. Considerações ao pronunciamento do Sr. Pedro Teixeira. Transcrição do artigo de autoria de S. Exª, intitulado “Devagar com o andor que o Santo é de barro”, sobre os constantes aumentos de impostos masacrando a classe média.

SENADOR JOSAPHAT MARINHO — Observações a respeito de notícias veiculadas por diversos órgãos da imprensa sobre o procedimento adotado pela Câmara dos Deputados para a votação do Plano FHC II e da expectativa de mera ratificação da decisão pelo Senado Federal.

##### 1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Reabertura de prazo para apresentação de emendas à Medida Provisória nº 399, de 29 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural — ITR e dá outras providências.

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1993 (nº 3.711/93, na Casa de origem), que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira — AEB, e dá outras providências. **Retirado da pauta** nos termos do artigo 175, alínea e, do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1990 (nº 3.056/89, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 19 da

**EXPEDIENTE**

**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

*Diretor-Geral do Senado Federal*

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

*Diretor Executivo*

**CARLOS HOMERO VIEIRA NINA**

*Diretor Administrativo*

**LUIZ CARLOS BASTOS**

*Diretor Industrial*

**FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**

*Diretor Adjunto*

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

*Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal*

**ASSINATURAS**

Semestral ..... Cr\$ 70.000,00

**Tiragem 1.200 exemplares**

Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989, para especificar como sendo Segunda a Junta de Conciliação e Julgamento de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul. **Discussão encerrada**, ficando a votação sobrestada, nos termos do artigo 375, inciso VIII, do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 1993 (nº 2.093/91, na Casa de origem), que institui o Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco — PLANVASF. **Retirado da pauta** nos termos do artigo 175, alínea e, do Regimento Interno.

Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1991, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Turismo. **Discussão encerrada**, ficando a votação sobrestada, nos termos do artigo 375, inciso VIII, do Regimento Interno.

**1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia**

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** — Críticas aos desdobramentos políticos do assassinato do sindicalista Osvaldo Cruz Júnior.

**1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**

**1.4 — ENCERRAMENTO**

**2 — ATO DO PRESIDENTE**

Nº 5, DE 1994

**3 — ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 5 e 6, de 1994

**4 — MESA DIRETORA**

**5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS**

**6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**TES**

## Ata da 11ª Sessão, em 10 de janeiro de 1994

### 10ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Humberto Lucena e Chagas Rodrigues*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Affonso Camargo — Albano Franco — Alfredo Campos — Alexandre Costa — Chagas Rodrigues — Eduardo Suplicy — Elcio Alvares — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves Filho — Jarbas Passarinho — Josaphat Marinho — Magno Bacelar — Mauro Benevides — Nabor Júnior — Pedro Teixeira — Valmir Campelo.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

**EXPEDIENTE**

**MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

*Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:*

Nº 31, de 1994 (nº 22/94, na origem), de 7 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1993-Complementar (nº 146/93-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria o Fundo Penitenciário Nacional — FUNPEN, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994.

**OFÍCIO  
DO PRIMEIRO SECRETÁRIO  
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Nº 1/94, de 6 do corrente, encaminhando, para os devidos fins, autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 1993 (nº 1.909/91, naquela Casa), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências, sancionado e convertido na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, os Ofícios nº S/21 a S/24, de 1994 (nº 140 a 143/93, na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, solicitação para que o Governo do Estado do Piauí e as Prefeituras Municipais de Araucária (PR), Douradina (PR) e Butiá (RS) possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

As matérias serão despachadas à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — A Presidência recebeu, do Governo do Estado de Minas Gerais, o Ofício nº S/19, de 1994 (nº 588/93, na origem), de 23 de dezembro último, solicitando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para que possa contratar operação de crédito, para os fins que especifica.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos, onde aguardará a complementação dos documentos necessários à sua instrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — A Presidência recebeu, do Governo do Estado de Mato Grosso, o Ofício nº S/20, de 1994 (nº 11/94, na origem), solicitando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para que possa contratar operação de crédito externo, para os fins que especifica.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos, onde aguardará a complementação dos documentos necessários à sua instrução.

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — V. Exª tem a palavra, como Líder, na forma regimental.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB — CE. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao término do prazo para filiação, aos partidos políticos, daqueles que desejam disputar mandato eletivo no pleito de 1994, o Senador Gerson Camata, uma das mais destacadas figuras desta Casa Legislativa, reingressou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro, trazendo a todos nós, seus companheiros nesta Casa, um alento e um estímulo consideráveis, levando-se em conta a sua tradição de luta, o seu prestígio, o seu destaque na política nacional.

Tendo governado o Estado do Espírito Santo e ali empreendido uma administração verdadeiramente exemplar, Gerson Camata distanciou-se, por algum tempo, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e agora, atendendo

a apelos que lhe foram dirigidos pelas bases do nosso Partido e por importantes segmentos da opinião pública capixaba, S. Exª retorna ao PMDB e, certamente, aqui, integrado nas nossas lutas, continuará, com o mesmo devotamento e lealdade, a defender os interesses do seu Estado e de todo o povo brasileiro.

Entendi do meu dever ocupar a tribuna na tarde de hoje exatamente para realçar esse fato, que reputo auspicioso para o PMDB, já que manterá a sua Bancada de 27 Senadores nesta Casa, acrescida de uma figura preeminente, destacada, marcante da vida política nacional, e que tem um cabedal imenso de serviços prestados ao povo do Espírito Santo.

Eu mesmo, há cerca de vinte dias, conversei mais uma vez com o Senador Gerson Camata, transmitindo-lhe apelo dos seus companheiros, dos seus antigos colegas da Bancada do PMDB para que ele realmente retornasse às nossas hostes e continuasse a ser, sob a nossa sigla, aquele mesmo Parlamentar atuante, dedicado, competente, de espírito público inextinguível.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o PMDB vai passar a contar, a partir de agora, com mais um combatente ativo, com mais um Líder dos mais prestigiosos, o Senador Gerson Camata.

Entendi do meu dever, interpretando o sentimento dos meus 25 colegas de Bancada, ser eu próprio aquele que deveria, na tarde de hoje, proceder a este registro, independentemente das comunicações formais que o Senador Gerson Camata haverá de fazer a V. Exª, Sr. Presidente, para atender às exigências do nosso Regimento.

Portanto, esta notícia, com todas as suas características alvissareiras, fiz questão de transmiti-la ao Senado Federal, já que a partir de agora voltaremos a contar com o concurso valioso de um extraordinário homem público, o Senador Gerson Camata.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — De acordo com a ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** (PP — DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no caso da inquirição feita pelo Deputado Sérgio Miranda, do PC do B de Minas Gerais, ao Governador Joaquim Roriz, subsistiram algumas preocupações: primeiro, ficou bastante claro que o Deputado atuou como ventríloquo da oposição local a Roriz. Suas perguntas, na maioria, diziam menos respeito à CPI do que à acumulação de um acervo para a próxima campanha eleitoral que, na verdade, já começou, no caso do Distrito Federal.

O estranho, no entanto, foi a forma como os questionamentos, que o Deputado Sérgio Miranda deveria fazer, foram organizados. O formato, para quem conhece o assunto, era de um trabalho tecnicamente assemelhado ao que pessoas ligadas a órgãos de informação ou treinadas em órgãos de informação o fazem. A capa era sugestiva. Dizia: “Governador Roriz — Um estudo de caso”. Eu até requisitei ao Deputado que nos permitisse acesso a essa documentação porque quero examiná-la, identificar se possível sua origem. Evidentemente, não é da CPI e nem de nenhuma de suas subcomissões. Vai um pouco além disso.

Desde o início desta CPI, sabíamos os motivos da inclusão do nome do Governador Joaquim Roriz na lista de José Carlos Alves dos Santos. Tivemos que assistir, indignados, a uma sucessão de vazamentos criminosos de sua movimentação ban-

cária, de dados sobre seu patrimônio, de denúncias anônimas, de conclusões apressadas, quase sempre em nome de interesses eleitorais localizados aqui, no Distrito Federal. O Deputado Augusto Carvalho, segundo a Rede Globo de Televisão, foi responsável por alguns vazamentos sobre a movimentação bancária de Roriz — e nem membro da CPI. S. Ex<sup>a</sup> é. E, na véspera do testemunho de Roriz à CPI, S. Ex<sup>a</sup> passou grande parte do dia trancado com o Deputado Sérgio Miranda, ajudando-o a alinhar sua inquirição. Deputados distritais de Brasília eram personagens assíduos em alguns gabinetes de membros da CPI, trazendo e levando informações, com objetivos meramente eleitorais.

A inquirição feita pelo Deputado Sérgio Miranda, enfim, demonstrou a concentração de esforços e de informes, cuja origem é desconhecida, pois não houve nenhuma diligência nesse sentido, mas que nos traz à memória *flashes* de um tempo negro de nossa história política recente, que todos preferimos esquecer, em torno de Brasília, por sua importância estratégica numa eleição casada, como será a de outubro deste ano.

Assistimos, durante esta CPI, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a diversos políticos trabalhando no sentido de transformar o Sr. José Carlos Alves dos Santos — que hoje o País sabe quem é — em herói da Pátria, procurando desmoralizar a Polícia Civil de Brasília, para que ela não concluisse o seu trabalho de descobrir o corpo da mulher de José Carlos e apontar seus assassinos. Mas, graças a Deus, a Polícia chegou ao fim de seu trabalho e o Sr. José Carlos está respondendo na Justiça por seus crimes. Deixou-nos perplexos a constatação de que homens públicos, com a responsabilidade de um mandato, sejam capazes de colocar seus interesses eleitorais acima de qualquer coisa.

As investigações, na órbita da CPI do Orçamento, têm — se caracterizado, via de regra, com fatos relacionados ao Orçamento da União, investigações com resultados divorciados de quaisquer outras finalidades, salvo as elencadas no sumário gerado pelo ato legislativo que instituiu a CPI.

Na inquirição procedida pelo Deputado Sérgio Miranda, comprovou-se a nítida impressão de um jogo para a imprensa e palanques eleitorais, o que se positivou através de sucessivas entrevistas que o Parlamentar comunista concedeu à imprensa, após a oitiva do Governador Joaquim Roriz.

Na oportunidade, emitiu conceitos de valores, aliás, equivocados, extrapolando suas funções na CPI, comportando-se como um antagonista do Primeiro Mandatário da Capital Federal. Demonstrou muito mais preocupação em denegrir, criticar e entoxalhar, flagrado por sucessivas vezes em sofismas e distorções de fatos, sendo, inclusive, censurado por seus pares e até pelo nobre Relator.

É lastimável, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é deplorável que o Deputado comunista Sérgio Miranda, a quem têm sido oferecidas oportunidades privilegiadas de ocupar longos espaços na mídia, inobstante a sua condição de suplente na CPI, tenha adotado uma conduta divergente de seus colegas de Comissão.

Tentou passar com o Muro de Berlim para o interior da residência oficial de Águas Claras. Nem Thomas Torquemada teria desempenhado melhor papel.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Senador Pedro Teixeira, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** — O aparte de V. Ex<sup>a</sup> é sempre bem-vindo, Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Senador Pedro Teixeira, não tenho condições de avaliar a arguição formulada pelos membros que constituíram a subcomissão, designada pelo Senador Jarbas Passarinho, junto ao Governador Joaquim Roriz, porque não tive acesso completo, ainda, ao depoimento. Então, não gostaria de estar colocando em debate aquilo que V. Ex<sup>a</sup> acaba de relatar. Porém, faço uma ponderação: estranhei bastante o fato de os depoimentos dos três Governadores — Joaquim Roriz, João Alves Filho e Edison Lobão, respectivamente do Distrito Federal, de Sergipe e do Maranhão — terem sido efetuados, diferentemente dos demais, a portas fechadas para a imprensa e sem a transmissão ao vivo para a opinião pública, como normalmente tem ocorrido com todos os depoimentos de grande interesse para a população. Acabo de saber, no entanto, que esses depoimentos acabarão sendo transmitidos, pois fui informado neste instante que, às 16h, será feita a projeção do depoimento do Governador João Alves Filho na Sala 3. Ora, fico pensando: por que será que houve tanta pressão para que não se fizesse a transmissão direta? Por que o Governador Joaquim Roriz preferiu, inclusive, fazer com que o seu depoimento fosse feito tão longe da imprensa, enquanto os demais governadores, pelo menos, chegaram a dar entrevistas? Na noite de sábado, não consegui ver nenhuma imagem, seja dos que estavam arguindo, seja do Governador Roriz. Vi somente um forte esquema de segurança diante da sua residência oficial. Claro que isso é faz parte dos procedimentos da CPI, mas como V. Ex<sup>a</sup> trouxe o assunto para o plenário do Senado, eu gostaria, aqui, de expressar esse sentimento. Senador Pedro Teixeira, fosse eu partidário de um governador, minha primeira recomendação a ele seria: — Governador, faça isso da forma mas aberta possível, transparente, faça com que qualquer pessoa da CPI possa argui-lo. Neste caso, Senador Pedro Teixeira, aconteceu ara que poucos membros, apenas, pudessem argui-lo. Eu mesmo me senti bastante limitado. Sou membro querente da CPI; todavia, respeitei a designação do Senador Jarbas Passarinho, e eu não fui escolhido. Eu havia ficado em Brasília exatamente para ouvir o Governador do Distrito Federal e os demais governadores, mas não quis desrespeitar a norma do Presidente da CPI. Não fui. Estou curioso para saber o conteúdo. Passados dois dias, vejo algumas informações nos jornais, mas não posso fazer avaliação nem mesmo daquilo que V. Ex<sup>a</sup> está expondo, porque não sei de todas as perguntas e respostas no caso da arguição do Deputado Sérgio Miranda. Então, vou me reservar para comentar o conteúdo do que V. Ex<sup>a</sup> disse depois de conhecer melhor o depoimento. Mas expressei a minha estranheza. A minha recomendação, a qualquer Governador que fosse, seria: nada melhor que a transparência, nada melhor que dizer, ao vivo, as coisas que aconteceram. Certamente, a população brasileira — mais ainda a do Distrito Federal — teria acompanhado o depoimento, ao vivo, do Governador Joaquim Roriz, como se fosse, acredito, assunto da maior importância, como sempre acontece durante a Copa do Mundo ou em final de novela. Seria, especialmente no Distrito Federal, um programa de grande audiência, e S. Ex<sup>a</sup> teria a oportunidade de esclarecer, ponto por ponto, aquilo que gostaria de transmitir aos cidadãos, aos eleitores de Brasília e do Brasil todo. Era apenas isso que gostaria de registrar, prezado Senador Pedro Teixeira.

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** — Sr. Presidente, o aparte do nobre Senador Eduardo Suplicy veio confirmar que, no Distrito Federal, o pleito já começou e mais um *round* está provado nesta assentada. S. Ex<sup>a</sup> vem debater aqui no plenário

matéria que a CPI debateu longamente. Naquela oportunidade, S. Ex<sup>a</sup> não fez nenhum protesto, conforme mostram os Anais e as Atas. S. Ex<sup>a</sup> concordou com a decisão da Mesa e respeitou-a. Agora, tenta dizer que aqui devia haver um show.

Sr. Presidente, cada pessoa tem a sua preferência. Lembro-me dos primeiros discursos que aqui fiz, em que eu louvava a cultura nacional e tecia considerações sobre a Fundação Roberto Marinho, em virtude do relevante serviço que ela prestava e continua prestando ao País. Mereci um brilhante aparte do nobre Senador petista, em que criticava a Fundação e dizia que, até na Inglaterra — melhor do que eu, S. Ex<sup>a</sup> sabe isso, porque persegue a matéria —, existiam críticas contundentes à Fundação Roberto Marinho.

Cada homem tem a sua preferência, repito. Ainda agora, na CPI, foi formada uma comissão para examinar as contas da Fundação Roberto Marinho, que, no meu entender, em princípio, são ordenadas e organizadas. Entre as pessoas que desejavam que isso viesse à baila, e provocaram um escândalo em torno da expressiva instituição cultural, incluiu-se o nobre Líder do PT nesta Casa. Não vim aqui defender o Governador; vim fazer aqui crítica às pessoas que agem de modo dispar ao que estabelece o ato legislativo que mandou instituir essa Comissão, que é apurar fatos relacionados com o Orçamento.

O Senador Suplicy adotou diversas atitudes em torno do assunto que ajudou a provocar, que mereceu, inclusive, severas críticas do Governador Brizola.

Cada homem tem as suas preferências, só que a do Governador Roriz era agasalhada e amparada em preceito constitucional e manifestada, por ofício, à Comissão.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** — Vou permitir já. V. Ex<sup>a</sup> terá o aparte, com muita honra.

O que penso, Sr. Presidente, é que o espetáculo de folguedos que se desejava assistir não se realizou, porque estamos tratando aqui não de teatros, mas de coisas muito mais sérias; estamos aqui não para servir de pretexto para que as pessoas façam comentários do mesmo gênero desses feitos pelo nobre Líder do PT, que se tem caracterizado como um homem independente, mas que, de repente, dá seus resvalos, como ocorreu nesta assentada.

Concedo, com muito prazer, o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Primeiro, Senador Pedro Teixeira, V. Ex<sup>a</sup> sabe como me pronunciei a favor de que todas as pessoas citadas fizessem depoimentos perante a CPI, incluindo os Governadores. Na minha preferência, os três Governadores teriam comparecido ao plenário da CPI. Assim, não cabe razão a V. Ex<sup>a</sup> quando diz que não registrei isso, porque o fiz. Em segundo lugar, o Governador Leonel Brizola está equivocado, e V. Ex<sup>a</sup>, neste instante, não se referiu aos fatos tal como aconteceram. O requerimento relativo à Fundação Roberto Marinho foi de autoria do Deputado Paulo Ramos. O Senador Jarbas Passarinho designou quatro Parlamentares para examinar a forma segundo a qual recursos do Orçamento da União estavam sendo aplicados na Fundação Roberto Marinho. Qual foi o procedimento adotado pelos quatro? Os Deputados Paulo Ramos, Luiz Máximo e José Lourenço e eu próprio consideramos que o adequado seria o procedimento equânime ao que ocorrera com outras entidades, que foram objeto de averiguação por parte do Tribunal de Contas da União. Este procedimento foi requerido por

nós, consensualmente. Fizemos um requerimento para que o Tribunal de Contas da União fizesse uma auditoria, a fim de verificar a destinação de recursos de mais de cinco órgãos do Governo Federal e a forma como eram aplicados pela Fundação Roberto Marinho. Esse requerimento foi encaminhado por nós e, de pronto, deferido e encaminhado ao Tribunal de Contas da União. Em nenhum momento, voltei atrás em qualquer atitude minha. Inclusive, apoiei o Deputado Paulo Ramos naquilo que avaliava que deveria fazer. S. Ex<sup>a</sup> quis acompanhar o Tribunal de Contas da União na auditoria. Pronunciei-me a respeito. Quando o Deputado Luiz Salomão quis alegar isso a que V. Ex<sup>a</sup> está se referindo, respondi ao Deputado, e V. Ex<sup>a</sup> estava presente. Não cabe razão ao Governador Leonel Brizola quando diz que deixei de cumprir com aquilo que, isonomicamente, estava a exigir também na averiguação das questões relativas à Fundação Roberto Marinho. Tinha, e estou tendo, outras atribuições durante esta semana. Estou não apenas acompanhando todos os depoimentos, mas também ajudando — hoje, por exemplo — na redação de parte do relatório da Subcomissão de Emendas. Por que razão avaliamos que deveria o Tribunal de Contas examinar todas as contas da Fundação Roberto Marinho? Porque, se essa tarefa fosse feita diretamente por aquela Comissão, pelo menos nestas duas semanas finais, demandaria o tempo total dessa Subcomissão e temos outras coisas a ver. Assim, Senador Pedro Teixeira, em nenhum momento, houve aquilo que o Governador Leonel Brizola tentou alegar no artigo.

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** — Agradeço o aparte e gostaria apenas de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que fique certo de que os Governadores não têm nada a esconder da Nação, porque, lá dentro, ainda que a portas fechadas — para não dar talvez o ar de festival pirotécnico, de fim de Copa do Mundo, que V. Ex<sup>a</sup> desejava —, estavam homens íntegros. A não ser que V. Ex<sup>a</sup> ponha em dúvida o nobre Relator Roberto Magalhães e os Deputados Nelson Trad, Luiz Salomão, Sérgio Miranda e Benito Gama, acreditando serem S. Ex<sup>a</sup>s capazes de negacear à Nação os informes do que ali ocorreu.

Embora V. Ex<sup>a</sup> não tenha sido uma testemunha ocular da história, fique certo de que os seus pares retratar-lhe-ão, com fidelidade, a verdade.

Espero também que V. Ex<sup>a</sup> não leve ao descrédito a Comissão que ali ouviu o Governador Roriz. Não obstante reservado, está gravado. Quanto ao espetáculo de fim de Copa do Mundo, vamos deixar que os Estados Unidos ofereçam um melhor do que aquele que poderia ter ocorrido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, pretendia fazer um pronunciamento de ordem política e pessoal, mas procurei informações, hoje pela manhã, no meu Partido — ainda meu Partido —, a respeito da filiação do Senador Albano Franco, se ela teria ocorrido ou não. Fui informado somente agora, pelo Dr. Lucena, de que no dia 7 de janeiro, em Aracaju, o Senador Albano Franco formalmente se filiou ao PSDB.

Não poderia, entretanto, fazer o pronunciamento que gostaria, neste momento, sem antes informar ao próprio Senador Albano Franco que iria fazê-lo, porque, pessoalmente, já lhe disse qual seria o meu comportamento se isso ocorresse.

Também não poderia falar antes de conversar com um político que respeito e admiro, um político leal, que é o Senador Mário Covas. Antes de conversar com S. Ex<sup>a</sup> e com meus companheiros de bancada, ainda meus companheiros de bancada, não poderia fazer o pronunciamento que gostaria de ter feito hoje. Entretanto, farei este pronunciamento na quarta-feira, porque a minha decisão já está tomada, nada me fará mudá-la. Quando o fato estiver concretizado — se se concretizar —, já saberei qual será a posição.

Sr. Presidente, não quero perder a minha inscrição de hoje, portanto, gostaria de aproveitar para dizer — tendo em vista que há número regimental para continuarmos a sessão, embora não tenhamos número para fazer votações — que eu gostaria de ter feito o meu pronunciamento hoje, exatamente porque não quero fazer, como disse o Senador Pedro Teixeira, pirotecnia de fim de Copa com o meu pronunciamento político. Será um pronunciamento simples, singelo, sem emoções, sem escândalos políticos, apenas de coerência pessoal.

Entretanto, já que estou na tribuna, quero aproveitar este instante para, ainda em continuação ao pronunciamento do Senador Pedro Teixeira, dizer que faço um bom conceito do Deputado Sérgio Miranda. Eu, francamente, não o conhecia; passei a conhecê-lo nos trabalhos da CPI do Orçamento, onde S. Ex<sup>a</sup> tem sido — e eu não tenho aqui procuração nenhuma para defendê-lo — alguém que passei a admirar, exatamente pela forma como conduz a inquirição, tranqüilo, objetivo, atento aos fatos.

Não posso entrar no mérito dessa reunião. S. Ex<sup>a</sup> pode até ter feito tudo ao contrário do que faz na CPI do Orçamento. Não assisti, não acompanhei o depoimento na residência oficial do Governador do Distrito Federal, mas acompanhei e fiz inquirição no depoimento do Governador Edison Lobão, porque tinha sido designado para isso.

Não acho que devamos fazer, já, um julgamento das pessoas que estão depondo. Não podemos condená-las; nem nós, integrantes da CPI, devemos fazer julgamentos benevolentes. Vamos examinar fatos que ainda não foram examinados.

Penso que, na CPI, está havendo um equívoco muito grande: estamos sentindo que há uma preocupação em particularizar a CPI, em personificar as questões. Essa não é a nossa missão, esse não é o nosso trabalho. Nenhum de nós tem satisfação em fazer o que estamos fazendo; estamos investigando companheiros desta Casa, da Câmara. Não há, portanto, satisfação nenhuma nesse trabalho. Fomos designados para isso.

O Líder do meu Partido — ainda meu Partido — procurou-me e perguntou se eu aceitava ser o representante do Partido nessa CPI. Disse-me que seria uma missão desagradável, mas perguntou-me se eu poderia atender a essa indicação do Partido. A minha preferência não seria participar dessa Comissão, mas aceitei tal determinação, dentro do princípio de que buscaríamos a verdade.

É humano reconhecermos que há companheiros que gostam muito de holofotes e que, quando vêem um, parecem mariposas, procurando logo aproximarem-se dele. Mas não é esse o objetivo. Não podemos sair por aí dizendo que a conta de fulano é isto ou aquilo.

Neste momento, quero fazer a ressalva de que, quando fomos inquirir o Governador Edison Lobão, apesar de termos dados, sempre dissemos que era muito cedo para apontar esses dados como definitivos, porque não temos ainda a infor-

mação exata daquilo que representa a realidade da movimentação bancária de quem quer que seja, principalmente daqueles de cujas contas ainda não temos o levantamento analítico.

No entanto, vejo que a imprensa não leva em consideração quando dizemos que se deve tomar determinados cuidados. Apenas publica que o movimento de 1989 é quatro vezes maior. S. Ex<sup>a</sup> pode ter todas as explicações para isso e cometeu o erro político de não querer dar a explicação; agora, resolveu dá-la, por escrito, que é o correto.

Mas, Sr. Presidente, estou apenas aproveitando a minha inscrição, porque, hoje, o assunto era outro.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um breve aparte?

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Com todo o prazer, Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Senador Jutahy Magalhães, acho muito importante esse depoimento que V. Ex<sup>a</sup> faz sobre a forma correta, precisa, isenta — eu também avalio assim ter sido — com que o Deputado Sérgio Miranda vem se conduzindo em todas as suas arguições na CPI. O Deputado Sérgio Miranda tem-se esmerado em se preparar significativamente para cada arguição. Se, porventura, Deputados Distritais levaram a S. Ex<sup>a</sup> elementos, para que fizesse uma melhor arguição, penso que nisso não há desvantagem para o Governador; antes há a possibilidade de ele esclarecer, ainda melhor, quaisquer dúvidas que mereçam ser esclarecidas. Obrigado.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Pedro Teixeira** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Com todo o prazer, Senador Pedro Teixeira.

**O Sr. Pedro Teixeira** — Eu tive a honra de participar da Comissão que V. Ex<sup>a</sup> integrou para o questionamento do Governador Edison Lobão e vi que não só V. Ex<sup>a</sup> mas também o Coordenador do nosso grupo, o nobre Deputado Odacir Klein, foram incisivos em esclarecer e solicitar ao depoente que não ficasse naquela postura de negativa. Tudo foi feito em um alto nível de respeito, sem que se perdesse o pulso da questão, mas tudo dentro de um ritmo de urbanidade. O melhor de tudo é que, terminada a inquirição, tudo correu bem, foram delegados poderes para que o Coordenador pudesse emitir seus conceitos do que ali ocorreu e não vi nenhum estardalhaço. O que me levou à tribuna hoje é que eu também estava acompanhando até hoje esse Deputado do meu Estado, Minas Gerais, e S. Ex<sup>a</sup> realmente estava me dando a impressão de que tinha necessária serenidade, além de uma extraordinária competência e invulgar talento. Faço essa manifestação, baseado no que ouvi no rádio, em fitas de gravação — porque eu também não estava presente —, pelos testemunhos que me foram dados por pessoas da maior credibilidade. Inclusive, houve um desencontro na saída entre o Deputado Luiz Salomão e o Deputado Sérgio Miranda, que dizia naquela hora: "Não foi nada disso que ocorreu, você não está sendo fiel à verdade". Lamento que, nessa assentada, as explosões eleitorais tenham talvez até distorcido aquela linha sóbria de respeito que o nobre Deputado merecia. Estou consultando o questionário e o que dele extraí é que ele era baseado num opúsculo que dizia: "Governador Roriz — um estudo de caso". Para quem sabe ler, um pinga é letra. Então, esses fatos me levaram inclusive a lamentar e a deplorar que o atalho tomado pelo nobre Deputado Sérgio Miranda venha, no meu entender, colocar em choque todo um procedimento

que S. Ex<sup>a</sup> vinha adotando porque no caso, S. Ex<sup>a</sup> se deixou levar pelo passionalismo. Os jornais publicaram suas declarações, que deviam ser veladas, intestinas e examinadas pelo todo. Falei porque o procedimento de S. Ex<sup>a</sup>, desta vez, foi conflitante com aquele equilíbrio que V. Ex<sup>a</sup> e eu havíamos assistido o tempo todo. Por isso, faço esse testemunho, deplorando que seu procedimento assim tenha sido.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Agradeço, também, a V. Ex<sup>a</sup> o esclarecimento que dá sobre essa questão. Como eu disse, tenho a melhor das impressões desse Deputado. Não o conhecia antes, não tinha nenhum relacionamento pessoal com S. Ex<sup>a</sup>, mas tive a oportunidade de lhe comunicar pessoalmente, no último depoimento a que assisti, e dar-lhe os meus parabéns pela maneira como fazia as inquirições.

Sr. Presidente, para concluir o aproveitamento desse horário, quero que seja transcrito nos Anais desta Casa artigo que escrevi para a Bahia, que não tem, ao contrário de muitos, conotação política local, mas trata de questão de âmbito nacional, cujo título é "Devagar com o andor, que o Santo é de barro":

Houve uma época em que se louvou a aristocracia. Reis descendiam de deuses, expressavam sua vontade, tinham sangue azul e casavam-se unindo famílias e reunindo domínios. A nobreza cortejava os déspotas e aplaudia os tiranos.

À opressão feudal seguiram-se revoluções. Plantaram-se os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Nos centros industriais europeus, as lutas sociais do proletariado se desdobraram contra a ordem burguesa instalada.

Marx elegeu a classe operária para a construção de uma sociedade sem classes, onde o direito de todos e a liberdade de cada um seriam respeitados. A experiência soviética enveredou por outros caminhos, recitando versos de libertação enquanto negava ao próprio povo os direitos de consciência, de culto e de pensamento. Sem poder ir nem vir, o comunismo naufragou.

No Brasil, a luta de classes é muito peculiar. Não ocorre entre pobres e ricos, mas entre os que tiveram acesso à educação e à saúde — portanto, oportunidades no mercado de trabalho — e os que não tiveram nada disso.

Durante o período colonial, o senhor rural monopolizava a riqueza, e com ela o prestígio e o domínio da massa de índios, mestiços e negros escravos. Os escravos eram as mãos e os pés do senhor de engenho.

Da infra-estrutura econômica — a terra, única forma produtiva — deriva a estrutura social brasileira. Uma reduzida classe de proprietários e a grande massa de trabalhadores explorados e oprimidos. Constituída de comerciantes, profissionais liberais, burocratas e executivos, a classe média brasileira resultou do processo de modernização da economia.

Ora, direis, hoje a classe média morreu, não existe mais no Brasil. Permitam-me discordar. O que houve foi a sua proletarianização. Poderíamos afirmar que a classe média alta entrou em processo de extinção ou, como diriam alguns, em tom jocoso, que ela se compõe de ricos incompetentes e de pobres ambiciosos. Mas não se iludam os grandes senhores — a classe média brasileira ainda existe. Resiste.

Sobreviveu heroicamente aos últimos governantes e aos seus mirabolantes planos, pacotes e confiscos.

Seduzida pelo milagre econômico da década 70, sonhou com uma situação de bem-estar simbolizada por uma casa de campo e mais de um automóvel na garagem. Empobrecida pela recessão dos anos 80, que se aprofundou na década de 90, essa massa de brasileiros se encontra em regime falimentar. Insegura e afiada, a classe média está acuada, com medo das medidas governamentais, da falta de dinheiro, do desemprego. Não percebe sinais de estabilidade no horizonte.

Os gastos fixos mensais do cidadão brasileiro da classe média incluem escola particular para os filhos, aluguel ou taxa de condomínio, contas de água, luz, telefone e gás, supermercado, clube, saúde, empregada, manutenção do carro. Impostos e mais impostos.

Por mais que reduza despesas, faça cortes, o orçamento familiar não sai do vermelho. De tudo o que produz e contribui, muito pouco volta às suas mãos. Junto com as perdas salariais, perdeu em qualidade de vida. O brasileiro aprendeu a viver para comer e trabalhar. A cultura ficou limitada a programas de TV, e o lazer passou a ser considerado supérfluo. Mudou os hábitos de consumo, apertou os cintos, mas parece que a calça caiu.

Uma sensação de angústia entre o dia do recebimento do salário e o dia do pagamento das contas, como se as eventuais economias estivessem escapando pelo ladrão. Tudo isso se manifesta em uma indescritível melancolia, resultante da revolta e da indignação. Sede de justiça que atormenta até explodir sob a forma de mobilização coletiva.

Exemplos semelhantes de deterioração das condições humanas que culminam em explosões sociais, estamos presenciando há algum tempo em diversos países da América Latina.

O Brasil está vivendo um processo de mobilidade social descendente. A recessão reduz a possibilidade de ascensão, e a inflação empurra os assalariados para a pobreza. Quando as pessoas sobem na escala social, experimentam um sentimento de conquista, realização e confiança no futuro. Quando descem, elas sentem frustração, desânimo e desesperança.

O cidadão brasileiro da classe média pediria concordata, se isso fosse possível. O agravamento da recessão gerou uma situação de quase falência entre os assalariados, com a queda do poder aquisitivo. Enquanto a miséria se alastra, a voracidade fiscal está matando a galinha dos ovos de ouro do Erário.

Nossos dirigentes parecem ignorar que a classe média tem uma função imprescindível na sociedade, atuando como um verdadeiro pêndulo da riqueza nacional.

Quando chega a se confundir com as camadas inferiores da escala social, em virtude de compressão salarial ou de abusivas imposições fiscais, provoca desequilíbrio no desenvolvimento econômico e ameaça o bem-estar geral da coletividade.

Todos os países do mundo estão empenhando-se em resolver seus problemas básicos eficientemente. Estruturar uma democracia que seja o suporte do capitalismo moderno, capaz de implantar o que se conhece como socialização da riqueza, valorizando a classe média. Pois é dela que surgirão as lideranças capazes de conduzir o Estado e a sociedade para melhores dias.

No mundo atual, não há mais lugar para reis, senhores feudais, latifundiários, ditadores e tiranos. Quanto maior a opressão, maior será a reação contrária proveniente dos oprimidos. Isso é inevitável, como nos demonstra a História da Humanidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*Durante o discurso do Sr. Pedro Teixeira, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** (PFL — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o programa elaborado pelo Governo Federal, na tentativa de superar as dificuldades por que passa o País, encontra-se grandemente sob exame na Câmara dos Deputados. Não há que estranhar o fato; é o curso normal de medidas dessa natureza. Também normal é que a Câmara dos Deputados tenha liberdade de apreciação das matérias propostas e que sobre elas adote a orientação que lhe parecer conveniente.

Ocorre, porém, que a imprensa está noticiando que o Governo encontrou, afinal, o caminho para dar curso a seus projetos, mediante entendimento formulado com a Comissão que examina a matéria na outra Casa do Congresso Nacional.

Respeito, inteiramente, a prerrogativa da Câmara dos Deputados de adotar o caminho que lhe parecer o mais acertado. Quero, porém, observar que o entendimento que foi adotado pela Câmara dos Deputados não será ou não deverá ser necessariamente o que venha a ser admitido pelo Senado Federal.

É indispensável, portanto, que não se crie um clima de confusão, gerador de possíveis críticas noutra momento à nossa posição nesta Casa.

Se o entendimento de que se cogita houvesse sido encaminhado por acerto das Lideranças das duas Casas, não haveria o que comentar.

Creio mesmo que a matéria, por sua natureza, exigiria o trabalho conjunto das Lideranças da Câmara e do Senado, até para facilitar a tramitação do programa em todo o seu curso. Se o Governo, porém, negocia com a Câmara dos Deputados, é porque assim prefere. Próprio é, entretanto, assinalar, aqui, que o acordo que ali foi feito não nos obriga.

O Senado Federal não é cartório de registro das decisões adotadas na Câmara dos Deputados e não pode ser, sobretudo, cartório de registro em matéria da gravidade da que se trata, que envolve o interesse do povo brasileiro, quer na configuração do sistema institucional, quer na contenção dos abusos do poder capitalista, que exorbita na fixação dos preços para toda a população.

Desse ângulo, sobretudo, é que quero fixar o assunto, pois que nosso primeiro dever, como representantes, é o de preservar a economia do homem comum, notadamente a do mais pobre.

Ocorre que toda a imprensa vem anunciando que aumentos excessivos dos preços de todos os produtos se verificam desde o fim de dezembro. Os preços, aliás, vêm aumentando por todo o período do Governo do Sr. Itamar Franco.

O ilustre Ministro da Fazenda, sempre sorrindo, aprecia esses fatos como se estivessem sob a disciplina do poder.

Em realidade, essa disciplina lhe escapa do poder de comando. Os preços estão se elevando como se não houvesse Governo. A Imprensa, toda ela, noticia esses fatos diariamente. Os jornais se sucedem e se repetem na comunicação dos fatos indicativos do aumento exorbitante de preços, em todos os setores do comércio e da indústria.

Ainda, no dia 22 de dezembro, o **Jornal do Brasil** publicava com título destacado: "Preços disparam às vésperas do Natal". O mesmo **Jornal do Brasil**, no dia 31, acentuava: "Remédios sobem acima da inflação". A **Folha de S. Paulo**, já no dia 9 de janeiro, assinala: "Criação da URV esbarra na escalada de preços". Vale dizer: os preços aumentam em tal descomedimento que a própria previsão do Governo de instituir uma unidade monetária proximamente corre risco de não ser executada.

E o **Estado de S. Paulo**, a 4 de janeiro, num editorial, da sua página "Opinião", começa o estudo assim:

"As pessoas estão perdendo a noção de preço diante da disparada da inflação. Com o que se pagaria para comprar um tênis importado poder-se-ia adquirir três baterias elétricas."

E como se isso não fosse o suficiente, do ângulo social, o **Jornal do Brasil**, do dia 31, em letras em negrito e bem destacadas, assinalava:

Indigência infanto-juvenil atinge 15 milhões. Estudo do IPEA revela que 59% das crianças e adolescentes que vivem abaixo da linha da pobreza concentram-se no Nordeste.

Enquanto isso, o nobre Ministro da Fazenda, além de limitar-se a declarar que os preços são especulativos, fez apenas uma proclamação enfática, ainda no dia 6 de janeiro, segundo publicação de **O Estado de S. Paulo**:

Aos que se antecipam com o reajuste de preços, o Ministro mandou um recado: vão quebrar a cara. Se quiserem usar isso para ir ainda mais em cima do povo — acentua o Ministro — não vão contar com a minha ajuda", assegurou o Ministro Cardoso.

Ora, o problema, Sr. Presidente, diante de tantos meses de aumentos sucessivos e abusivos, de todos os preços, não é mais para o Ministro apenas usar a ênfase, mas sim de anunciar a medida contensora. Por que não o faz? Os instrumentos legais já existem.

**O Sr. Carlos Patrocínio** — V. Exª me permite um aparte?

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** — Pois não.

**O Sr. Carlos Patrocínio** — Nobre Senador Josaphat Marinho, V. Exª fere um assunto de vital importância no que diz respeito ao nosso momento econômico. E o faz com a propriedade de sempre. Desde que assumiu a Pasta da Fazenda, o Ministro Fernando Henrique Cardoso tem criticado veementemente a elevação abusiva dos preços. Isso se repete em todos os jornais. Hoje tivemos oportunidade de receber as revistas de maior circulação nacional, **IstoÉ** e **Veja**, dentre outras, e vemos estampado na capa dessas revistas que a inflação projetada é de 5.500%. A **IstoÉ** vai mais além dessa cifra. O Ministro já deveria ter tomado uma posição, o Presidente Itamar Franco já deveria ter coibido esses aumentos abusivos de preços, meramente especulativos, já que não existe uma pressão no que diz respeito, por exemplo, a matéria-prima. Eu comparo essa situação, nobre Senador, à de um policial que, estando de plantão num supermercado, vai lá dentro dizer para o dono do supermercado que estão rjubando



as mercadorias lá fora. Qual seria a providência do dono do mercado? Seria chamar a polícia, o próprio policial. É necessário que o Governo tome medidas enérgicas. Como se fez para o salário mínimo um redutor de salário, poder-se-ia implementar no Brasil um redutor de preços de 5% ou 10%, para que a inflação se arrefecesse ao longo dos meses, e talvez daqui a dois anos estivéssemos com a inflação na casa de ao só pode ser esta. Há pessoas que lucram demasiadamente com o aumento de preços, sabemos disto, mas é necessária uma ação enérgica e imediata do Governo, porque, a continuar como está, não sabemos o que poderá acontecer ao nosso País. Veja o que está acontecendo com o México, que, embora tenha reorganizado a sua economia e suas finanças, se esqueceu de uma parcela significativa da população. Com isto, estamos assistindo a um levante cujas proporções ainda não podemos prever. V. Exª chama a atenção, num momento especial e oportuno, para que se tomem medidas, já que o Governo tem poderes para isso — lei delegada, CADE e outros mecanismos. Por outro lado, nobre Senador, me alegra muito essa busca pertinaz para limitar os salários dos diretores e funcionários das estatais, no sentido de diminuir o déficit público. Embora saiba que V. Exª não pense da mesma maneira, eu concordo com a reedição da medida provisória sobre salários, que já foi derrubada por uma liminar do Supremo Tribunal Federal. Nesse particular, o Presidente Itamar Franco, o Ministro Canhim, o Ministro Stepanenko e o próprio Ministro Fernando Henrique Cardoso estão levando a sério, e tenho certeza de que tomarão providências para se evitar mais esse abuso que onera violentamente os cofres da nossa Nação. V. Exª está de parabéns, pois mais uma vez discute um assunto de importância vital para o reordenamento da economia em nosso País.

**OSR. JOSAPHAT MARINHO** — Agradeço-lhe a colaboração, nobre Senador, e esteja certo de que darei também apoio a todas as medidas corretivas de excessos nas estatais, desde que as providências venham em forma regular. Não farei exceção quanto a elas. O meu problema é que tudo se faça dentro da legalidade. No caso, como vinha assinalando — e V. Exª reforçou —, os excessos se praticam no comércio e na indústria, o Governo reclama como se fosse um espectador, mas não adota providência alguma. O que se impõe não é mais o Ministro declarar que não contam com ele para o abuso. Já era tempo de ver-se, sentir-se a presença do Governo na coibição dos abusos. A inflação, que o Presidente Itamar Franco considerava insuscetível de suportar-se aos 25%, chegou aos 40%. Mas se ele não suportava a inflação de 25% com os dois primeiros Ministros da Fazenda, como suporta agora a inflação de 40%?

Onde está a coerência de atitude? Sei que o Presidente da República é um homem honesto, não lhe tributo qualquer dúvida. Mas é preciso que a honradez se traduza na prática dos atos coercitivos dos abusos, em todos os momentos, não apenas em determinado momento. E já se diz que a inflação ultrapassará os 40%! O nobre Ministro da Fazenda havia declarado, há cerca de trinta dias, que “ninguém contasse com a exacerbação da inflação”. Ela está subindo. E onde a providência coibitiva?

Tudo se passa na expectativa de que o plano venha a ser aprovado. Decerto, algum plano será aprovado. Todavia, enquanto o plano se discute, o Governo tem um arsenal legislativo e administrativo a seu serviço — desde a Lei Delegada nº 4, a que V. Exª se referiu, do Governo João Goulart, até leis mais recentes, que modernizaram os procedimentos

concernentes aos abusos de preços. Por que esses instrumentos legislativos e administrativos não são postos em ação, a serviço da economia do povo? É o que não entendo que aconteça no Governo de um homem honrado.

Há alguma coisa frágil no mecanismo do Governo. Se existem os instrumentos administrativos, se existem as leis, se o Presidente da República não é acusado de co-participação em atos irregulares, por que as medidas não se adotam? Qual a razão da inércia? A minha indagação o povo a faz também, mas sofrendo.

Nós outros somos, de qualquer modo, privilegiados pela posição política que temos. Contudo, o homem comum não tem privilégio algum. O homem que vive de poucos salários, o que vive de um salário e até aquele que vive de nenhum salário não entende toda essa situação. Por que um Governo honesto não adota a providência adequada, tão longamente reclamada?

**O Sr. Francisco Rollemberg** — V. Exª me concede um aparte?

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** — Pois não, nobre Senador.

**O SR. Francisco Rollemberg** — Eminentíssimo Senador Josaphat Marinho, tem razão V. Exª em pronunciar, nesta tarde, um discurso tão indignado. V. Exª está trazendo para o Plenário do Senado da República a voz das ruas, a palavra do povo, daquele que está escandalizado em ver um Governo que se diz probo, e é probo, porque é um Governo sério, mas sem vontade, um Governo que não tem um projeto, que não tem decisão política de realizar coisa alguma. Encontra-se no Ministério da Fazenda o nosso eminente Colega Fernando Henrique Cardoso, que foi um dos homens, pela sua própria posição política, pelos seus escritos, pelas suas idéias, por aquilo que divulgou, responsável pela formação da juventude da sua época e dos homens da minha geração. No entanto, quando assume o Ministério da Fazenda solicita que esqueçam o que disse, que esqueçam os seus escritos, como se o que houvera dito e o que escrevera não tivera tido consequências nos idos de 60, não provocara sofrimento e luta em 64. Entretanto, S. Exª pediu que esquecessem e se disse o homem capaz de dominar a inflação brasileira. Há bem poucos dias afirmou que aqueles que especularem quebrarão a cara. Certamente, a cara do povo, do consumidor. O Sr. Fernando Henrique Cardoso, em uma das suas bem colocadas falas, escorrega quando perde aquela linguagem escorreita que lhe é peculiar e diz: “Vamos combater esta inflação, vamos comandar a economia, porque quem não tem cão caça com gato.” Palavras do Sr. Ministro Fernando Henrique Cardoso. Ora, Sr. Senador, quando o Ministro da Fazenda do Brasil assevera que quem não tem cão caça com gato, confessa, nesse instante, que o Governo não tem projeto, que o Governo não tem comando, que ele não tem maneiras, ou não conhece formas capazes de coibir esta inflação, porque, se tivesse, se as conhecesse e as dominasse, por certo não seria com um felino que iria caçar, porque não se caça com gato. Sr. Senador, faz bem V. Exª em vir à tribuna nesta tarde comentar sobre a inflação que estamos vivendo e sobre os entendimentos que o Governo faz com a Câmara dos Deputados, esquecendo-se da presença do Senado da República. Faz bem V. Exª em declarar peremptoriamente que o Senado não é o escritório de registro das decisões do Governo com a Câmara dos Deputados. Todavia, Sr. Senador Josaphat Marinho, que assim o seja, pois, pelo menos, a nós não caberá

a culpa de não termos querido participar deste Governo, de não termos dado a nossa contribuição, de não termos mostrado caminhos e de não termos aberto e criado perspectivas. Que *\*,* que dizia que teria um país ingovernável com mais de 20% de inflação, venha nos explicar — aliás, que venha explicar ao povo, nós entendemos muito bem isso — como se chega a mais de 40% de inflação ao mês. Isso é decorrência de um único aspecto: falta de vontade política de um Governo que não tem projeto. Não esperem V. Ex<sup>a</sup> nem o Senado da República brasileira que essas coisas se solucionem de modo próprio, por exaustão, haverão de se solucionar quando a sociedade se mobilizar, quando o povo for às ruas novamente, porque o Senhor Presidente da República está, praticamente, fazendo um chamamento para que isso aconteça. Seria muito bom que Sua Excelência olhasse para o Estado de Chiapas, no México, e visse as populações pobres, indígenas, desamparadas fazerem uma guerra. Na capital da República mexicana já explodem os tanques, os carros-bomba, o terror está instalado. E, diga-se de passagem, até bem poucos dias atrás, quando foi realizado o acordo do NAFTA, assegurava-se que o México era um exemplo para a América Latina. Sr. Presidente, este Governo tem de tomar as rédeas deste País, conduzi-lo com segurança, derrubar a inflação e acabar com essas diferenças sociais tão gritantes, para que nós, brasileiros, que temos vivido com sofrimento, mas com a vida relativamente pacata e segura, possamos continuar indo e vindo sem guerrilhas, sem guerras, sem terrorismos, porque isso que estamos vivendo é um convite a tudo o mais que ocorre no resto do mundo, onde as populações são marginalizadas e os governos são fracos. Esse o aparte que queria fazer a V. Ex<sup>a</sup>. É claro que não ilustrou tão brilhante discurso, mas é também um desabafo deste seu Colega, que sente, na alma, o sofrimento desta gente, o pesar de ver um Governo que chegou tão cheio de esperanças para o povo brasileiro não poder realizá-las na menor parcela.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** — A intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Francisco Rollemberg, traz às observações que venho formulando-nos e valiosos subsídios.

Diante do que V. Ex<sup>a</sup> mesmo acaba de dizer, a nossa surpresa é tanto maior, porque ninguém faz restrição de ordem moral ao nobre Ministro da Fazenda.

É um homem íntegro, é um homem lúcido, é um sociólogo; portanto, um homem com poder de captação das necessidades comuns da população. Por que não converte o seu conhecimento em medidas objetivas? Não basta — estou sentindo que o nobre Senador Jutahy Magalhães quer apartear e vou atendê-lo — que S. Ex<sup>a</sup> anuncie objetivos, propostas, ambições naturais de quem dirige. É preciso converter tudo isso em prática administrativa; o povo não vive das promessas do Governo, mas das providências que o Governo adota para salvá-lo da miséria.

V. Ex<sup>a</sup> tem o aparte.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Nobre Senador Josaphat Marinho, quem sabe se por uma feliz coincidência eu não esteja, neste momento, cumprindo com o meu último dever de participar desses debates. Avalio que, além de ter na consciência a preocupação de acompanhar o que vem sendo feito pelo Governo, principalmente pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso, tenho o dever de, estando presente, participar dos debates quando surgem algumas críticas com as quais posso não concordar. Mas tenho que admitir que são feitas dentro do espírito democrático parlamentar, com toda educação, com toda competência, como V. Ex<sup>a</sup> vem fazendo e outros Sena-

dores aqui também o fazem. Falou-se até na expressão “quem não tem cão caça com gato.” — o Senador Francisco Rollemberg também está fazendo uma mudança na sua linha partidária lá em Sergipe —, mas veja V. Ex<sup>a</sup> que os gatos caçam os ratos. E uma das preocupações da área econômica começa pela Receita Federal, que vem conseguindo aumentar a arrecadação do Estado, através de uma ação eficaz; não digo tanto coercitiva mas, pelo menos, de mostrar eficiência e de participar mais deste trabalho que é próprio da Receita. Temos visto que a receita tem aumentado graças a esse trabalho. O Ministro Fernando Henrique Cardoso fez uma proposta exequível; é uma proposta simples, sem ser autoritária, sem querer impor. S. Ex<sup>a</sup> tem sido inclusive criticado pelo eminente ex-Governador Orestes Quêrcia de que quem tem uma proposta não pode aceitar mudanças do Congresso Nacional. Creio que é o contrário: quando se apresenta uma proposta ao Congresso Nacional, logicamente, dentro de um debate, desde que apareçam sugestões apropriadas e mais adequadas, essas têm que ser aceitas. Democraticamente, foi feito isto pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso. Agora, temos que dar a resposta; o Congresso está com a palavra. Temos que dar uma resposta para permitir que o Plano seja executado e a impressão generalizada de que é possível se aplicar esse plano; logicamente com uma correção ou outra que os técnicos julguem necessária. Porque se formos depender de consenso, de unanimidade do pensamento dos economistas, nunca chegaremos ao final. Podemos colocar Delfim Netto, Roberto Campos, Francisco Dornelles e companhia sentados juntos e, ao final, não chegaremos a apresentar uma proposta com a qual todos concordem. Mas creio, Senador, que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo ponderações que considero justas. Não podemos mais ficar apenas com a impressão de que alguma coisa será feita para coibir esses abusos cometidos. Temos que fixar a aplicação de medidas que determinem que esses abusos não mais se repitam. Está sendo impossível suportar o que está ocorrendo. Na própria imprensa, a qualquer hora que se compulsem os jornais, lá estão as comparações de preço, em que o mesmo produto chega a variar mais de 200% de uma loja para outra. Isso é abuso! Não podemos admitir que um vestido de boneca custe mais do que um vestido de menina. Também é outro tipo de abuso. Temos que tomar as medidas que sejam necessárias. Quem sabe se V. Ex<sup>a</sup>, no Ministério da Justiça, não faria com que essas medidas fossem tomadas com a aplicação da lei.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** — Nobre Senador Jutahy Magalhães, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> é tanto mais digno de consideração quanto V. Ex<sup>a</sup> conciliou o último dever de solidariedade partidária, com o reconhecimento dos fatos que estamos analisando. Esteja certo de que continuarei aqui, no exercício dessa missão, sem nenhum propósito de deslocamento.

O que queria assinalar, já agora também com o atestado de reconhecimento dado pelo nobre Senador Jutahy Magalhães, é que não bastam as promessas. Já é tempo das providências; já estamos passando do tempo.

Já relembrei aqui uma vez, Sr. Presidente, e vale sempre repetir, a advertência do Padre Vieira: “Não há altura neste mundo que não seja precipício.” O Governo não deve aguardar que a situação se agrave ainda mais para adotar providências sob inspirações alheias ao seu próprio procedimento. Não desejo que assim ocorra.

Nessas palavras de hoje, o que quis sobretudo assinalar é que o povo está reclamando providências efetivas e o Senado, de sua parte, dispõe-se a fazer o que for de suas atribuições,

mas não quer, na apreciação dessas matérias, ser apenas instrumento de registro, de decisões adotadas de modo alheio à sua vontade.

*Durante o discurso do Sr. Josaphat Marinho, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.*

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Antonio Mariz — Carlos Patrocínio — César Dias — Epitácio Cafeteira — Gilberto Miranda — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Hydekêl Freitas — Iram Saraiva — João Calmon — Jonas Pinheiro — José Fogaça — José Paulo Bisol — Juthy Magalhães — Meira Filho.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Tendo em vista a publicação, no *Diário Oficial* do dia 7 do corrente, do Anexo I citado no art. 6º da Medida Provisória nº 399, de 29 de dezembro de 1993, que “dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural — ITR, e dá outras providências”, a Presidência reabre o prazo para apresentação de emendas até o próximo dia 12.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Presentes na casa 30 Srs. Senadores.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

A Presidência retira, nos termos do art. 175, letra e, do Regimento Interno, o item 1 da pauta da sessão de hoje.  
É o seguinte o item retirado:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 220, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1993 (nº 3.711/93, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira — AEB, e dá outras providências. (Dependendo de pareceres das Comissões de Educação, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos, e de Constituição, Justiça e Cidadania.)

#### O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1990 (nº 3.056/89, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 19 da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989, para especificar como sendo Segunda a Junta de Conciliação e Julgamento de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 345, de 1993, da Comissão: — de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria ficou sobre a mesa durante 5 sessões ordinárias a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

À proposição não foram oferecidas emendas.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica sobrestada, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — A Presidência retira o item 3 da pauta, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

É o seguinte o item retirado:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 165, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 1993 (nº 2.093/91, na Casa de origem), que institui o Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco — PLANVASF. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

#### O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Item 4:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1991, de autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Turismo, tendo

Parecer proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Elcio Alvares, favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário a emenda oferecida perante a Comissão.

A matéria ficou sobre a mesa durante 5 sessões ordinárias a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

“À proposição não foram apresentadas emendas.

Passa-se à discussão do projeto, da emenda apresentada perante a Comissão de Assuntos Sociais e do Substitutivo, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica sobrestada, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de aqui externar o meu pesar, em especial à família e a todos os condutores rodoviários do ABC e do Brasil, pelo falecimento do Sr. Oswaldo Cruz Júnior, assassinado na última semana em função de disputa pessoal ocorrida na sede do Sindicato. Trata-se de verdadeira tragédia, ocorrida na disputa entre dois trabalhadores, e que, infelizmente, vem sendo objeto de exploração de natureza político-eleitoral.

Seria importante que aqui os fatos fossem colocados em seus devidos lugares e, em especial, que fosse realizada uma investigação policial isenta, firme, com a maior responsabilidade.

Gostaria de, aqui, aproveitando este ensejo, propor ao Governador Luiz Antônio Fleury Filho que, pela Assembleia Legislativa de São Paulo, se designe uma comissão de parlamentares, em que esteja incluída representação do Partido

dos Trabalhadores, para acompanhar, de perto, o inquérito que a Delegacia de Homicídios está realizando.

Por que essa sugestão? Exatamente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para que não se repitam episódios de exploração política indevida, como aconteceu em eleições anteriores.

Vou aqui citar exemplos. Em 11 de julho de 1986, ocorreu incidente grave no Município de Leme, onde trabalhadores rurais da cana-de-açúcar realizavam uma greve. Parlamentares do Partido dos Trabalhadores estavam em Leme, na madrugada, por volta de 5 ou 6 horas da manhã, justamente procurando evitar que ocorresse repressão das forças policiais aos trabalhadores. Eis que começou um tiroteio, de responsabilidade da polícia, que reagiu a agressões realizadas com pedradas, por parte dos trabalhadores, quando a força policial tentou cercar um piquete de trabalhadores rurais. Pois bem, a polícia reagiu dando tiros, e aconteceu que, ao longo daquele dia, no noticiário da imprensa e, durante a noite, no noticiário nacional, pelos meios de comunicação, se dizia indevidamente que os tiros tinham partido de Parlamentares do Partido dos Trabalhadores.

Aquilo causou enorme impacto pelo Brasil afora. Eu mesmo era então o candidato a Governador do Estado de São Paulo pelo PT e pude sentir o que provocou aquela visão distorcida que somente muito mais tarde foi esclarecida. Ou seja, nada tinham que ver os Parlamentares do Partido dos Trabalhadores com o porte de armas e muito menos com o tiroteio que veio a provocar a morte de duas pessoas, uma trabalhadora e um trabalhador, que se encontravam no local dos incidentes.

O outro episódio extremamente grave ocorreu em dezembro de 1989, quando era Governador o Sr. Orestes Quércia, Secretário de Segurança, o Sr. Luiz Antônio Fleury Filho, hoje Governador de São Paulo, sendo o responsável pela Delegacia de Atividades Policiais Anti-Sequestro exatamente o Sr. Nelson Silveira Guimarães — ou, pelo menos, ele colaborou, como um dos responsáveis, para desvendar o sequestro do Sr. Abílio dos Santos Diniz, ocorrido no dia 11 de dezembro, poucos dias antes da eleição presidencial de 17 de dezembro de 1989, segundo turno, em que se defrontavam Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva.

Na véspera da eleição, no dia 16 de dezembro, quando a polícia tinha conseguido desvendar onde estava o Sr. Abílio dos Santos Diniz, logo na manhã daquele sábado, véspera do domingo de eleições, apesar de não ter partido do Sr. Nelson Silveira Guimarães o conceito de qualquer vinculação do Partido dos Trabalhadores, os policiais que estavam sob o seu comando divulgaram a versão de que teria sido o Partido dos Trabalhadores que sequestrara o Sr. Abílio dos Santos Diniz.

Aquilo explodiu com extraordinária força exatamente durante o fim de semana das eleições. Em jornais, basta lembrar a manchete do jornal *O Rio Branco*, que dizia: PT sequestra empresário. Mas por todo o País usou-se daquela tragédia, o sequestro do Sr. Abílio dos Santos Diniz — que, felizmente, não levou à perda de qualquer vida —, com extraordinária força, para prejudicar a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva.

Pois bem é exatamente o Secretário de Segurança de então, Luiz Antônio Fleury Filho, Governador de São Paulo, resolveu avocar para a Delegacia de Homicídios, cujo Delegado é Nelson Silveira Guimarães, o inquérito policial relativo ao assassinato do Sr. Oswaldo Cruz Júnior. E, nestes primeiros dias, já surge com força a tentativa de se vincular o assassinato

à eventual ação premeditada e indevida — o que não é verdadeiro, acredito — por parte do Partido dos Trabalhadores. Obviamente, todas as hipóteses têm que ser serena e rigorosamente examinadas.

Avalio que o Partido dos Trabalhadores deva contribuir para esses esclarecimentos e, daí, uma razão a mais para esta sugestão que coloco para o Governo do Estado de São Paulo: de nossa parte, nós, do Partido dos Trabalhadores, gostaríamos de acompanhar de perto a apuração presidida pelo Delegado Nelson Silveira Guimarães. Faço minha sugestão: que alguns Parlamentares, incluindo pelo menos um do Partido dos Trabalhadores, em nome da Assembléia Legislativa, acompanhem de perto esse inquérito policial para garantir a isenção do mesmo. Que seja um parlamentar, Deputado Estadual do PT, designado, escolhido de comum acordo, além de parlamentares de outra Bancada; isso pode ser resolvido a nível da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, gostaria de ressaltar que conhecia o Sr. Oswaldo Cruz Júnior desde o tempo em que fui Deputado Estadual, de 1979 a 1983. O Sindicato dos Condutores Rodoviários de Santo André estava sob intervenção do Governo Militar; ele e seus companheiros lutaram muito para que houvesse eleições livres no Sindicato. Como Deputado Estadual, fui procurado por eles e empenhei o meu apoio para a realização das eleições que resultaram na escolha de Oswaldo Cruz Júnior para presidente.

Ele foi um parlamentar muito dinâmico, destacado e nosso companheiro nas fileiras do Partido dos Trabalhadores. Trata-se de uma pessoa que, em alguns momentos, criou diversas polêmicas. Em 1990, pretendendo candidatar-se a Deputado Federal, surgiu uma denúncia a respeito de um seu procedimento, de caráter privado, mas de consequências importantes sob o ponto de vista da dignidade do ser humano, da mulher. Em função do episódio, durante a Convenção Estadual do Partido dos Trabalhadores, em encontro regional, esta o censurou e avaliou que não deveria ser candidato.

Esse fato, de alguma forma, levou-o a colocar-se gradativamente de forma crítica junto ao Partido dos Trabalhadores. É verdade que ele vinha formulando denúncias relativas ao uso de seu próprio sindicato — uma vez que ele era o seu primeiro responsável — em campanhas do Partido dos Trabalhadores.

Não temos o que recear desses episódios, que devem ser devidamente apurados, mas certamente não terão sido a causa do assassinato do Sr. Oswaldo, causa esta que entendo deva ser investigada.

Não considero adequado que já se esteja formulando acusações como se fosse esta a causa. O Sr. Luís Antônio Medeiros, Presidente da Força Sindical, procura atribuir a responsabilidade do ocorrido ao PT, querendo que Lula desista de sua candidatura. A candidatura de Lula não pertence a ele próprio, mas ao Partido dos Trabalhadores. Hoje, sabe-se, há 30% de brasileiros que o consideram a pessoa que está em melhor condição de se tornar Presidente do Brasil.

**O Sr. Josaphat Marinho** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPPLY** — Ouço V. Exª com muita honra.

**O Sr. Josaphat Marinho** — Nobre Senador Eduardo Supply, não entrarei na análise do fato que V. Exª comenta, porque dele desconheço os pormenores. A advertência de V. Exª serve, entretanto, como uma observação para corrigir

certa tendência que se está generalizando no País. A todo acontecimento de algum relevo, procura-se dar uma conotação política ou sobre ele se argui uma suspeita muitas vezes sem nenhum fundamento. É preciso que se corrija isso, a bem da boa apuração dos fatos de maior relevo no País.

**O SR. EDUARDO SUPLCY** — Agradeço o oportuno aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Penso que, de fato, precisamos ter a devida prudência na questão relativa a episódios trágicos como este. Quando neste Congresso Nacional se quer aproveitar o episódio para dizer-se: "há que se instalar de pronto a CPI relativa à CUT e ao Partido dos Trabalhadores" entendemos que devam ser apuradas as relações entre os partidos políticos e as entidades sindicais. No nosso entender, isso não se deve restringir ao PT e à CUT; deve ampliar-se para todos os demais partidos, entidades sindicais, patronais e de trabalhadores — sem qualquer receio da apuração sobre o PT e a CUT. No entanto, deve-se ser prudente na formulação de acusações, pois muitos hoje estão tentando atribuir fatos não verdadeiros ao Partido dos Trabalhadores ou a sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores.

Em verdade, a própria viúva do Sr. Oswaldo Cruz Júnior deu um depoimento bastante sereno sobre esse assunto. E as pessoas que acompanharam de perto o episódio também têm opinião bastante semelhante à da viúva.

José Benedito de Souza, apontado como autor dos tiros que mataram Oswaldo na tarde de quinta-feira, tinha tido uma briga com ele anteriormente. Há depoimentos no sentido de que eles teriam tido uma briga física na qual o Sr. "Zezé" havia levado vantagem; depois, o Sr. Oswaldo Cruz Júnior teria solicitado a pessoas que dessem uma surra no mesmo. Não sei exatamente se são verdadeiras essas informações. O importante é que seja feita a apuração rigorosa.

Parece-me um pouco estranho o que disse o Delegado Nelson Silveira Guimarães, que aguardaria, até hoje, a apresentação de José Benedito de Souza, o Zezé. Espero que essa espera não signifique qualquer ação para tentar evitar a apuração rigorosa e equilibrada desse fato.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que se faz necessário, neste instante, sobretudo serenidade e muita capacidade de investigação, para não haver distorções.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de quarta-feira, às 9h, a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 220, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1993 (nº 3.711/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira - AEB, e dá outras providências*. (Dependendo de pareceres das Comissões de Educação, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos, e de Constituição, Justiça e Cidadania)

## 2

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 1990**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1990 (nº 3.056/89, na Casa de origem), que *dá nova redação ao art. 19 da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989, para especificar como sendo 2ª a Junta de Conciliação e Julgamento de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul*, tendo

Parecer favorável, sob nº 345, de 1993, da Comissão:

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**.

## 3

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1993 (nº 162/86, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 126, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Alojamento a Bordo dos Navios de Pesca, adotada por ocasião da 50ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em 1966*, tendo

Parecer favorável, sob nº 400, de 1993, da Comissão

- de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

## 4

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1993 (nº 147/91, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos*,

*celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia, em Brasília, em 21 de março de 1991, tendo*

Parecer favorável, sob nº 408, de 1993, da Comissão  
- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

## 5

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 1991**

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do  
Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1991, de autoria do Senador Marco Maciel, que *dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Turismo*, tendo

Parecer proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Elcio Alvares, favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário à emenda oferecida perante a Comissão.

## 6

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 165, DE 1993**

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução  
nº 110, de 1993)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 1993 (nº 2.093/91, na Casa de origem), que *institui o Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco - PLANVASF*. (Dependendo de Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

## **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 156, DE 1993**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 156, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 507, de 1993), que *autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Brasil S.A., agente do Tesouro Nacional, no valor de cento e cinco milhões, cento e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e três cruzeiros reais e trinta e três centavos, a preços de 21 de dezembro de 1992.*

### **8**

## **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 157, DE 1993**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 157, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 508, de 1993), que *autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Oeste (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. - BANESTADO, no valor de dezoito milhões e seiscentos mil cruzeiros reais, a preços de setembro/93, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano PEDU.*



## 9

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 158, DE 1993**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 158, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 509, de 1993), que *autoriza a Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. BANESTADO, no valor de doze milhões e quatrocentos mil cruzeiros reais, a preços de setembro/93, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU.*

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 16h32min.)*

**ATO DO PRESIDENTE Nº 5, DE 1994**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 25.019/93-7, resolve:

Aposentar, voluntariamente, o servidor AGENOR JOSÉ DA SILVA, Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso III, alínea a, 250 e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os arts. 36, 2º; 37 e 39 da Resolução (SF) nº 42, de 1993, e a Resolução (SF) nº 77, com proventos integrais, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 10 de janeiro de 1994 — Senador Humberto Lucena, Presidente.

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 5, DE 1994**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 000.607/94-0, resolve:

Exonerar OSVALDO ALVES DE ANDRADE do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, a partir de 31 de janeiro de 1994.

Senado Federal, 10 de janeiro de 1994. — p/Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 6, DE 1994**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 000.608/94-7, resolve:

Nomear CELSO LUIZ RAMOS DE MEDEIROS para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Darcy Ribeiro.

Senado Federal, 10 de janeiro de 1994. — p/Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral.

## MESA

### Presidente

Humberto Lucena \_ PMDB \_ PB

### 1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues \_ PSDB \_ PI

### 2º Vice-Presidente

Levy Dias \_ PTB \_ MS

### 1º Secretário

Júlio Campos \_ PFL \_ MT

### 2º Secretário

Nabor Júnior \_ PMDB \_ AC

### 3º Secretário

Júnia Marise \_ PRN \_ MG

### 4º Secretário

Nelson Wedekin \_ PDT \_ SC

### Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia \_ PDT \_ RN

Lucídio Portella \_ PDS \_ PI

Beni Veras \_ PSDB \_ CE

Carlos Patrocínio \_ PFL \_ TO

### LIDERANÇA DO GOVERNO

#### Líder

Pedro Simon

### LIDERANÇA DO PMDB

#### Líder

Mauro Benevides

#### Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça Ronaldo

Aragão Mansueto de Lavor

### LIDERANÇA DO PSDB

#### Líder

Mário Covas

#### Vice-Líder

Jutahy Magalhães

### LIDERANÇA DO PFL

#### Líder

Marco Maciel

#### Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

### LIDERANÇA DO PSB

#### Líder

José Paulo Bisol

### LIDERANÇA DO PTB

#### Líder

Jonas Pinheiro

### Vice-Líder

Valmir Campelo

### LIDERANÇA DO PDT

#### Líder

Magno Bacelar

### LIDERANÇA DO PRN

#### Líder

Ney Maranhão

#### Vice-Líder

Áureo Mello

### LIDERANÇA DO PP

#### Líder

Irapuan Costa Júnior

### LIDERANÇA DO PDS

#### Líder

Espendão Amin

### LIDERANÇA DO PDC

#### Líder

Epitácio Cafeteira

### LIDERANÇA DO PT

#### Líder

Eduardo Suplicy

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)  
Presidente: Iram Saraiva  
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
		PMDB	
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
		PFL	
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
		PSDB	
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
		PTB	
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
		PDT	
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
		PRN	
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
		PDC	
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
		PDS	
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
		PP	
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas  
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa  
Anexo das Comissões - Ramal 4315

## COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)  
Presidente: Beni Veras  
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
		PMDB	
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Márcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	

### PFL

Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

### PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

### PTB

Mariuce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

### PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
----------------	------------	----------------	------------

### PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

### PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
--------------------	------------	--------------	------------

### PDS

Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
------------------	------------	-------------------	------------

### PSB / PT

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

### PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

Secretária: Luiz Cláudio Vera Lúcia  
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341  
Sala de reuniões: 3652  
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.  
Sala nº 09 - Ala Alexandre Costa

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)  
Presidente: João Rocha  
Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
		PMDB	
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
		PFL	
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

<b>PSDB</b>			
Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Rocha	PR-3163/64	Durceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

<b>PTB</b>			
Afonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz A. Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Mariuce Pinto	RO-4062/63

<b>PDT</b>			
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40

<b>PRN</b>			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92

<b>PDC</b>			
Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04

<b>PDS</b>			
Espeditão Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

<b>PP</b>			
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90

<b>PT/PSB</b>			
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25

Secretário: Durceu Vieira M. Filho  
Ramais: 311-3515/3516/4354/3341  
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas  
Local: Sala das Comissões: Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344

#### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)  
Presidente: Alfredo Campos  
Vice-Presidente: Hydekai Freitas

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lacerda	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

<b>PFL</b>			
Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34
Hydekai Freitas	RS-3064/65	Josephat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201
Alvaro Pacheco	PI-3083/86	Marco Maciel	PE-3197/98

<b>PSDB</b>			
Durceu Carneiro	SC-3179/80	Juraby Magalhães	BA-3171/72
José Rocha	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

<b>PTB</b>			
Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Mariuce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

<b>PDT</b>			
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75

<b>PRN</b>			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3253/4215

<b>PDC</b>			
Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
<b>PP</b>			
Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128

<b>PDS</b>			
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos  
Ramais: 3496 e 3497  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas  
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546

#### COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)  
Presidente: Dario Pereira  
Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>	
Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

<b>PFL</b>			
Dario Pereira	RN-3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekai Freitas	RJ-3082/83	Vago	

<b>PSDB</b>			
Durceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Juraby Magalhães	BA-3171/72
José Rocha	PR-3163/64	Vago	

<b>PTB</b>			
Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Mariuce Pinto	RR-4062/63	Vago	

<b>PDT</b>			
Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75

<b>PRN</b>			
Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56

<b>PDC</b>			
Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37

<b>PDS</b>			
Lucídio Portella	PI-3055/56	Espeditão Amin	SC-4206/07

<b>PP</b>			
João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Celso Parente - Ramais 3515 e 3516  
Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas  
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO \_ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)  
Presidente: Valmir Campelo  
Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares	Suplentes		
		PMDB	
João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
		PFL	
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Alvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92
		PSDB	
Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

## PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Mariuce Pinto	RR-4062/63
Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

## DT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

## PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

## PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

## PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Espendão Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	---------------	------------

## PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

## PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

### SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral ..... CR\$ 3.620,00

### SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral ..... CR\$ 3.620,00

J. avulso ..... CR\$ 30,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF  
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.